

COISAS DA CAPITAL JÁ PASSADA*Moacyr Andrade*

I

Fizemos, há dias, por ocasião da 10.ª Feira do Livro, uma palestra, no auditório do Banco Mercantil, a convite do Secretário de Cultura da Prefeitura, sobre alguns aspectos do social, do topográfico e humano de Belo Horizonte, nos seus três primeiros decênios, ou pouco mais, de vida como Capital. Muitas têm sido as sugestões para publicar-se em livro o que então foi dito. Até oferecimento de editoras, para o contado virar livro... Nada de livro!... Não dispomos desta área para comunicação no jornal de maior circulação em Minas? Livro poderá até encaixar. Este jornal não. Assim, vão, a partir de hoje, nesta coluna, três vezes por semana (terças, quintas-feiras e sábados) sempre com mesmo título acima, as coisas então narradas, para não poucos talvez inteiramente desconhecidas. São 20 tópicos não de história solene, grave, de "croisé" e tomando rapé, mas também não são estórias... Tudo é verdade mesmo: já houve ou aconteceu em Belo Horizonte.

OS QUADROS DE FORMATURA SACUDIAM OS CORAÇÕES —

Hoje, os quadros dos que se diplomam na Capital universitária, bem que se expõem à contemplação pública. Atraem, sim, atenção. Param diante das vitrinas para apreciá-los. Parentes e conhecidos dos jovens que se formam gostam de vê-los. Mas antigamente, tais quadros sacudiam a cidade inteira. Toda ela se movimentava para ir ver os novos bacharéis, os novos médicos, engenheiros, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos etc.

O interesse, então, das moças solteiras por tais quadros — era imenso.

As casas comerciais pediam às comissões estudantis encarregadas do quadro a graça de expô-los. É que era certa a movimentação permanente de gente, entrando nos estabelecimentos para ver o quadro.

Havia solicitações, empenho mesmo, no comércio para a preferência da exibição atraente.

As jovens casadoiras teriam de ir vê-los. Umhas para contemplarem embevecidas, a "pose" dos noivos ou namorados, soleníssimos nos hábitos talares. Outras buscando, pelas fisionomias e nomes,

quem lhes despertasse nos corações aquele algo que ansiavam... O plantel de doutores era vasto e sugestivo. Elas iam, viam e permaneciam em contemplação longo tempo. E lá estavam as indicações preciosas para escolha, pela preferência: o rosto, o nome e procedência do jovem e o título. O título é que era importante: todos doutores! Casar com doutor era uma graça. Doutor era muito importante para elas e para os pais, para a família toda...

E por isso, para isso, os velhos mineiros sofriam nas fazendas e nas suas profissões árduas no interior do Estado. A meta de tanta luta era ver o filho num quadro de formatura. E vinham dos lugares mais distantes para a contemplação, fosse de Januária ou Teófilo Otoni, lugares então de acesso difícil e demorado. Havia alguns pais, mas bem poucos — que não pensavam assim. Eram exceções e como exceções ficariam na história.

Por exemplo, o pai de Santos Dumont, o velho Henrique Dumont que, ao dar, em cartório, a maioridade ao filho, bem antes de ter este 21 anos, entregou-lhe grande fortuna em bens e dinheiro e lhe deu este conselho:

— “Estude, siga sua vocação, mas não o quero doutor. Nada de ir atrás de título. Estude, mas sem pensar no diploma. O futuro do mundo está na mecânica, de que você gosta”.

O filho seguiu o conselho e virou o Santos Dumont, nossa glória e do mundo.

Mas isso é exceção. Dai estar na história este pormenor.

Os quadros de formatura tiveram assim, no nosso passado, função importante na fundamentação dos lares mineiros, pois despertavam emoção em corações até antes já adjudicados a alguém, serviam para a escolha aos não ainda comprometidos.

Quadros de formatura desfaziam compromissos de noivados. É que elas não conheciam aquele ali...

Veja como é bonito! Que olhar! E sentiam pelo retrato aquela pulsação interior.

Muitas vezes, os próprios retratados, estavam ao lado dos quadros. Sabiam a atração das efígies sobre o indecifrável psiquismo feminino e iam para a loja onde se expunha o seu quadro...

— Olha ali! É aquele que está ali olhando também... É ele... É ele. Achavam elas que era coincidência. E não era.

Os quadros de formatura dos bacharéis, nos primeiros tempos da capital, não indicavam apenas pedidos próximos ao governo para nomeação de promotores e delegados, pedidos de casamentos. Dai

o interesse dos jovens por eles. Se o sistema de namorar em tal época não permitia aproximações, os retratos eram a aproximação pela imagem...

Parece que hoje perderam tais quadros o poder que tiveram. Mas os costumes mudaram tanto... Era assim há mais de quarenta anos passados. O Olindo Belém, o Iginio Bonfioli, o Retes, o Gines Gea Rivera, fotógrafos da cidade, que faziam quadros de formatura, quando fotografavam os diplomandos, sabiam que estavam preparando também maridos... E caprichavam no serviço...

JOSE CLEMENTE

Publicada no Estado de Minas de 16-10-73

II

COMO NAMORAVAM OS AVÓS DE HOJE — Parodiando o Cardeal Gonzaga, da “Ceia dos Cardeais”, de Júlio Dantas, os velhos belo-horizontinos que ainda viverem poderão, recordando o passado exclamar: “Como era diferente o amor na “Capital!”

Completamente diferente. Irreconhecível mesmo. Até pela maneira de nomear o fato, porque a transformação foi integral, até gramaticalmente. Antes dizia-se: “João namora Maria” “Elvira namora Paulo”... A Maria dizia: “Estou namorando João” e Paulo informaria: “Namoro Elvira”.

Hoje, a aberração transformadora não perdoou nem a Língua: “Namora-se com...” “Estou namorando com ele”... “Estou namorando com Suzana...”

A mudança não ficou só na Gramática. Instituiu-se outra prática para a denominarem namoro. Não era tal prática desconhecida da Capital antiga. Apenas não se chamava “namoro”... Isso não!

O namoro em Belo Horizonte não era criação da Capital. Era o tradicional namoro mineiro, com todas as suas regras e estágios.

Namoro que hoje, eles e elas acharão “cafonomismo”...!

É que era o namoro de longe. Só de olhar:

Fixação. Sorrisos. Não entravam mãos no operacional. E não poderiam entrar, pela bem medida distância entre os namorados.

Ele na rua, na ponta do quarteirão, de chapéu e bengala. Ela em casa, arranjar jeito de ir vê-lo da janela, para namorar... O jeito era a distração do pai ou mãe, lá dentro da casa, fazendo qualquer coisa.

Ela então corria à janela...

Muitas vezes ele não sabia o tom da voz dela...

Essa fase inicial durava algum tempo. Depois havia a aproximação dos dois seres. Demorava, mas no interregno havia fatos compensadores. O namorado sentia-se alegre, pois já conseguira conversar com uma irmã ou um primo da namorada...

A seguir, depois de vencidas as precauções paternas e maternas, era permitido o "namoro no portão". Ela do lado de dentro, pois o portão se conservava fechado, era gradeado e de ferro. Ele do lado de fora. Perto, uma irmã bem mais velha e geralmente casada, escutando a conversa, para que não extravasasse do lírico.

Meses depois já se abria o portão e o namoro passava a ser na varanda. Quase toda casa tinha varanda na arquitetura antiga da cidade. Essa fase prenunciava o noivado. Já a família dela pusera em campo a indagação sobre o rapaz que namorava a filha. Bisbilhotava bem. Tinha dele a ficha.

E acabava em noivado. Nunca nenhum, absolutamente nenhum rapaz pediu casamento a uma jovem, diretamente indo aos pais. A escolha de quem devia ser o intermediário era ritualística. Muitas vezes eram os pais dele que iam "pedir a mão" dela...

Num dia determinado, os pais do jovem iam solenemente à casa da namorada do filho fazer o tal pedido "da mão", conforme a linguagem da época.

Encontravam-se os quatro, quer dizer os dois casais.

A conversa durava quase uma hora, para troca de informações.

— Não sabemos se ela quer...

A mãe ia lá dentro e voltava com ela, sempre muito corada. Parecia que ia ter surpresa, mas já sabia.

Baixava os olhos e não dizia nada. Sorria acanhada.

Algumas diziam baixinho: Eu quero... E umas — mas isso já era considerado prova de muito adiantamento — acrescentavam: Gosto dele...

Todos estavam felizes.

Noivado feito. Beijo nunca entrou nesse ato. Nem era possível.

O noivo então passava a ser recebido na casa. Podia conversar com a noiva na sala e ouvir música. Se ela tocasse piano, escutá-la com enlevo. Ia ao cinema com ela e os pais. Sozinhos na rua, nunca! E a língua do povo? Sempre foi muito respeitada tal língua, que era a censura oficial da Cidade. Durante o noivado, o par gozava liberdade vigiada. Na sala da casa dela, ficavam juntos, mas sempre com alguém da família dela perto, para que não houvesse beijos e as mãos dele bem se comportassem. O casamento era marcado quase sempre para dali a um ano. Porque em menor prazo, podia a língua soberana do povo falar...

As vezes, rompia-se o noivado. Isso também acontecia. Os pais dela não gostavam, porque teriam de explicar o motivo a todos. E moça que tivesse sido noiva oficial ficava olhada de banda. A explicação era obrigatória sobre o rompimento do noivado.

Quando a moça passasse a namorar outro, todas as informações sobre o primeiro noivado tinham de ser dadas pelos pais ao novo namorado, se ele já houvesse vencido as fases preliminares e pretendesse passar a noivo. Era assim. Foi dessa maneira durante quase trinta anos da vida da Capital. A regra geral — estatutária da Sociedade, era essa. Infrações havia, sim, a tais Estatutos. Mas os infratores nunca ficavam bem perante a população da época.

Hoje isso parecerá pilhéria para dar gargalhadas.

E todos os casamentos por tal processo seriam felizes? Bem. Isso não podemos afirmar. Uma coisa, porém, pode ser verificada nos arquivos dos cartórios da cidade. Eram raríssimos os desquites...

Quando a cidade tinha notícia de algum desquite ficava tão pasmada como se lhe contassem que em qualquer parte nascera uma criança com duas cabeças... Desquite era fenômeno na Capital do passado.

JOSÉ CLEMENTE

III

COMO ERA A CIDADE BOÊMIA? — Poderia ser boêmia a cidade que se formava, principalmente, pela transposição para ela de uma população que vinha habitá-la contragosto e até revoltada, roída pela saudade, como eram os ouro-pretanos, em maioria indignados por abandonarem sua terra?

Entretanto, a boêmia em Belo Horizonte era fato positivo...

No período da construção da Capital, que durou 4 anos, o antigo Curral del-Rei, já denominado por decreto do Governador João Pinheiro, "Belo Horizonte", nome escolhido por João Pinheiro, pois o povo do arraial queria "Novo Horizonte", a vida boêmia da Capital era intensa e dava muito trabalho ao major Lopes, o delegado de polícia. Operários de todas as procedências, italianos sobretudo, espanhóis e portugueses, tinham necessidade do esbaldamento boêmio nas noites compridas daquele mundão de terra, às escuras quase, pois a Lua era a esse tempo o principal lampadário da localidade. E porque é função da Lua agasalhar boêmios. Lembra-se que à Capital, ao ser inaugurada, foi dado o nome de "Minas", em substituição ao de Belo Horizonte. Mas tal nome não pegou. Teve o Governo de voltar atrás e restabelecer Belo Horizonte.

Inaugurada a Capital em 12 de dezembro de 1897, já o "humus" boêmio impregnava a terra.

Era mesmo importante entreposto nesse particular divertidor... Vida boêmia se constitui do trinômio: vinho, mulher e jogo. E a Capital não ratinhava em qualquer desses elementos fundamentais. Ao contrário: era de serviço farto, para desespero das austeras famílias ouro-pretanas. As mães de família a esconjuravam. E algumas, pelo que viam, falavam que isto aqui era como Sodoma e Gomorra...

Mas isso também era muito exagero...

Belo Horizonte era de tão bom estilo boêmio, que atraía gente de fora — o que hoje chamamos Turismo — dada a fama, que corria longe, das coisas que aqui havia.

Quando, no interior do Estado, o mineiro severo tinha de vir à Capital, para tratar de negócios, a esposa apreensiva avisava: — "Não vai, meu velho, cair na gandaia, porque esse tal Belo Horizonte é um perigo!"

Com agônicos suspiros, arrumavam, para a viagem do marido, o baú pintado com ramagens floridas.

Até quase 1925, o que se denomina "vida boêmia" tinha seu quartel-general na cidade de estudantes de sangue quente e de funcionários públicos, pois era essa principalmente a massa da população nos seus três primeiros decênios como Capital. E será curioso, para os de hoje, saber que se praticava a boêmia no centro urbano. Nada de locais especiais, bem ocultos, para que se esbaldassem os que à noite procuravam outro prazer, além da ida ao cinema, para ver filme, com a esposa a tiracolo. Tudo até 1920 e, um pouco além desse tempo, se praticava, mesmo no centro. Os cabarés estavam instalados na Avenida Afonso Pena. Vejam: só entre a Rua Espírito Santo e São Paulo, ostentavam-se na Avenida Afonso Pena: o "Chat Noir", onde hoje é o Cine Brasil; o "Molin Rouge", perto do atual edifício da Embrava; o "Rat Mort", lá onde está o "Café Pérola", "Boêmios" e "Elite" do outro lado, onde agora é banco. Movimentados a noite inteira e o que, hoje, é para espantar — já ao meio-dia começavam a funcionar. Quem passava pela Avenida ouvia o barulho dos cabarés. Os aplausos, as gargalhadas, a música e os "couplets" das artistas. E do "Rat Mort" vinha, para a rua o ruído das "fichas", com a voz de comando dos "croupiers": Façam o jogo! Jogo feito!

Eram bancadas livremente a pavuna e a roleta em plena Avenida Afonso Pena. À porta, cartazes anunciavam as especialidades das artistas, francesas na maioria, e muito bonitas. Eram as "chanteuses"... Nunca faltava "quorum" principalmente em três meses do ano, de junho e agosto, quando funcionava o Congresso Estadual (havia então Câmara e Senado em Minas) e vinham de seus rincões os deputados e senadores para o ofício de legislar. Eram criaturas de carne e osso como toda gente: queriam também divertir-se...

E a cidade com as famílias a se persignarem, pois a seus ouvidos chegavam notícias das ardentes paixões que despertavam as artistas estrangeiras, (curioso é que não havia artistas brasileiras) e dos casos de cavalheiros que se arrasavam no jogo dos cabarets... Já foi assim a Capital... E principalmente no período da Primeira Grande Guerra entre 1914 e 1918, e nos anos próximos a seu término, a boêmia da Capital ampliou-se. É que corria dinheiro, por causa do manganês que Minas exportava. Aqueles, e não foram poucos que se enriqueceram de repente — espalhavam dinheiro nos cabarés.

Havia ainda uma coisa que amargurava demais a Família Mineira: um cinema-teatro-livre só para homens, maiores de 21 anos, e damas que não fossem famílias... Funcionava à Rua dos Caetés. Era o "Parc Cinema", sempre cheio. A platéia dava a impressão de neve: tantas as cabeças brancas. Os velhos de pro! professores, depu-

tados, senadores, juizes e funcionários graduadíssimos eram os frequentadores e de assiduidade impressionante. Os moços só entravam se tivessem mais de 21 anos. E se tivessem dinheiro para gastar no restaurante, onde só eram servidos champagne ou licores franceses a preços escorchantes.

E aquelas ruas que o inesquecível cronista Jair Silva classificou "rua onde não pode passar procissão" eram as do centro: a parte boêmia da cidade estava no quarteirão da rua Tupinambás com Amazonas, na rua Curitiba, na rua Tamóios. Não havia separação na planta cadastral da cidade, só para o esbaldamento dos boêmios entre o amor e o vinho. Só muitos anos mais tarde, a polícia e a Prefeitura empurraram a boemia para ruas mais distantes, localizando-a na Avenida do Comércio (hoje Santos Dumont) e depois na rua Guaicurus. A rua Guaicurus, antes disso, era rua familiar e lá funcionava a Escola de Odontologia que se transformou na atual Faculdade de Odontologia. Todos os velhos habitantes da Capital sabem que era assim.

JOSE CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 20-10-73

IV

A CAPITAL AMAVA OS POETAS — A nossa Capital, no princípio, acreditem, era lírica... Talvez porque ainda não torturada pelos problemas agoniantes de ordem material que viriam com o Progresso — expulsador do lirismo... Amava a poesia e os poetas. E o interesse pela poesia não estava limitado aos letrados. Era abrangente. E tínhamos boa prova da afinidade da população com a poesia, até nas comuns reuniões familiares. Estas, não só as festivas, mas mesmo as comuns, das famílias que se juntavam, sempre à noite para palestras, viravam rodadas poéticas. Era, então a nossa gente comunicativa e ao reunir-se nos serões amigos, era certo que falava da vida alheia, mas teria de haver também poesia. Em todas as reuniões havia recitativo. Nas festivas era obrigatório no programa. Declamação de poemas era tão necessária como servir salgados e sequilhos aos presentes. Isso era amor à poesia, aos poetas. Ser poeta na Capital antiga era título para admirar-se. E ela tinha seus poetas locais. Os seus bardos eram estimadíssimos e mostrados com orgulho. O dr. Augusto de Lima era deputado federal, fora Presidente do Estado. Era um grande homem público. Entretanto, era mais citado assim: o Poeta Augusto de Lima!

Os poetas eram sensibilizadores e queridos.

A Capital não os queria apenas para aurir o prazer momentâneo de suas mensagens. Decorava-lhes os poemas e os recitava. A "Ismália" de Alphonsus de Guimaraens, como os poemas de Alvaro Viana, de Batista Brasil, de Mendes de Oliveira, de Mário de Lima, de Da Costa e Silva, de Eugênio Detulande e Gastão Itabirano, este aqui da cidade, eram decorados e recitados. No Clube Belo Horizonte, lá por 1923, nas horas dançantes, havia também recitativos obrigatoriamente.

Admirável era a retentividade da memória da multidão amorosa da poesia aqui na Capital.

Castro Alves era recitado demais. Até o seu imenso poema "Escravos", ouviam os belo-horizontinos gostosamente, e às vezes pediam "bis". No "Navio Negreiro", nem é preciso falar.

A Capital adorava Bilac e Coelho Neto. Esses eram seus ídolos. Quem não amasse Bilac ou Coelho Neto ficaria mal visto. Mas não se encontravam tais infelizes. E era natural, porque eles se infiltravam na infância. Eram o primeiro contato das crianças com a Poesia. Qual o adulto ou adulta de hoje na Capital que não recitou o "Pássaro Cativo", de Bilac, ou o "Ser Mãe", de Coelho Neto?

Eles condensavam a Poesia nacional para o sentimento daquela população comandada pelo coração.

Isso acontecia por Minas inteira. Eram eles os poetas do tempo. E, como é natural, os que amam não se contentam com as mensagens de ser amado. Querem-lhe a presença, querem vê-los. E Belo Horizonte quis ver Bilac, quis ver Coelho Neto. Chamou-os e eles vieram...

Havia muito de semelhança com os que ouviam falar da pregação balsâmica do Cristo e pediam-lhe para transpor o lago e ir até eles...

Para dar uma idéia da profundidade desse amor aos poetas, uma informação que hoje parece incrível. O comércio cerrou as portas espontaneamente para que todos, em peso, pudessem, sem pensar nem em comprar, ir receber Bilac e Coelho Neto.

Não era convite — observem bem — do Governo. Nada de oficialismo. Era a Capital convidando. Era a população ansiando ver de corpo presente os poetas maiores.

Bilac deixou aqui mais de mil autógrafos em álbuns e leques das damas, porque era hábito o álbum de poesia, e o leque era complemento indispensável da indumentária feminina. Com Coelho Neto a mesma coisa. Todos sabiam que Bilac estava aqui. Que Coelho Neto estava presente. À frente do Grande Hotel, na Rua da Bahia, onde hoje é o Edifício Maleta, a multidão era renovada, mas permanente, como guarda de honra do Santíssimo...

Foi Coelho Neto quem chamou Belo Horizonte Cidade Vergel, entusiasmado com a arborização... Aquela arborização que o progresso teve de destruir, para que os automóveis possam desembargadamente matar...

A Capital — esta que aqui temos recebia os poetas como reis...

Hoje a cidade não tem tal sensibilidade poética... Mas também o que pretendem chamar Poesia é tão estranho hoje em dia...

OSÉ CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 23-10-73

V

TIPOS POPULARES — Todas as cidades têm seus "tipos populares". Fazem parte da sua paisagem humana. São de diversos gêneros. Os engraçados, que divertem a população. Os que ela teme, pelas irreverências, pelo destabocamento de linguagem. Em geral são inofensivos. Uns são produtos da própria terra. Outros, estranhos. Um dia lá aparecem e ficam. Sempre, mais ou menos dementes. Têm, porém, popularidade. Passam até a situação de símbolos da terra. E são elos da comunidade. Não se encontra cidade alguma que os não possua. Da formação social, do seu fabrico, são como as peças que nas indústrias saíram mal feitas, não podem servir e jogam-se para um lado como inúteis. Eles também não podem, pelas deficiências, participar do metabolismo da sociedade em que vivem. Marginalizam-se. Acontece, entretanto, que, mesmo marginalizados têm o papel de unir a comunidade no interesse por eles: contemplativo, piedoso ou até amoroso. Quando desaparecem, a falta é sentida.

Belo Horizonte no passado não foi farta de tipos populares. Teve-os, porém, para gaudío da população, em número prestante.

O primeiro deles, do qual só os mais antigos moradores da Capital darão notícia, apelidava-se "Chico Bispo". É comum conhecer-se deles só o apelido. E tal apelido é a tortura de muitos. Detestam-no. Chico Bispo não detestava o apelido: não se sabia porque o "Bispo"... Era certo que se chamava Francisco. Não conversava, não dava trela. Andava, do amanhecer à noite, pelas ruas, batendo com um ferro numa enxada, sem o cabo. Do aço da enxada, com o toque do ferrinho saiam sons. Era uma música desarticulada, aliás

como tanta música "pop" atual. Caceteava os ouvidos, mas era tolerada. Valia para despertar a população como o canto do galo, porque anunciadora do dia que chegava: era o Chico Bispo, madrugador, a bater a sua enxada. Durou anos. Um comerciante da época entendeu de aproveitar-lhe tal mania de bater a enxada o dia inteiro. E ele se tornou o primeiro "camelot" de Belo Horizonte. Deu-lhe o comerciante uns níqueis para que "Chico Bispo" ficasse a bater a enxada o dia todo, diante de sua casa comercial. Era reclame.

Um dia, a cidade não ouviu tal música absurda. Que aconteceu com o Chico Bispo?

Dormia num matagal, lá para os lados do bairro do Quartel, antigo nome do Bairro de Santa Efigênia. Nas noites frias, fazia uma fogueirinha para aquecer-se. A fogueira alastrou-se, ele estava dormindo. Morreu queimado. Encontraram-lhe o corpo carbonizado com a enxada na mão... Durante dez anos Belo Horizonte o conheceu e lhe ouviu a enxada. Era caladão, sorumbático. E nunca se soube porque o "Bispo" de seu apelido...

Três tipos populares pela longa permanência, passaram até além de 1930, a fazer corpo com a planta da Capital: Manuel das Moças, Muquirana e Jaburu. Esse trio ficou mesmo a simbolizar a Capital. Todos três querendo comunicar-se, mas acontecia que dois deles odiavam o apelido que carregavam e que lhes estava indelevelmente pesgado. Eram de natureza cordial, mas os apelidos constituíam a barreira para a comunicação, porque, enunciados, despertavam neles ira tremenda. E lá vinham palavrões horríveis... Meninos e os estudantes gostavam de despertar tal cólera. E estavam sempre os meninos, vendo um ou outro, a gritar: "Jaburu", "Muquirana"... Então, a defesa oral deles obrigava as famílias a fechar as janelas. E as moças, todas, muito pudibundas na época, corriam e escondiam-se.

Tinham um vocabulário sujíssimo para se resguardarem. Entretanto, chamados pelo próprio nome, como eram dóceis, amenos... Até conservadores... O nome batismal de Jaburu era Horácio... O de "Muquirana" — Messias.

E quanto ao "Muquirana", ainda havia — e a garotada sabia — uma coisa para torná-lo irracional: era a pergunta: "Cadê o relógio?".

Bastava perguntar-lhe pelo relógio, para o indagador ver sua árvore genealógica conspurcada com os palavrões mais soezes...

É que "seu" Messias fora relojoeiro em Sabará. Um dia deram-lhe um relógio para consertar na sua tenda, pois era tenda a denominação de oficina de ourives e relojoeiro. O relógio do freguês foi roubado de sua oficina pobre e ele não o pôde restituir. Levaram-no

à delegacia. Bateram tanto nele, para confessar onde estava o relógio, que ficou maluco. Os soldados perguntavam: "Cadê o relógio?" E o desgraçado não sabia, apanhava mais. Não pôde continuar no officio, que era seu ganha-pão. Deixou Sabará, perturbado. Ficou vagando pelas ruas de Belo Horizonte. Sujo demais apelidaram-no Muquirana. Era o primeiro opróbrio. E a pergunta pelo relógio era o complemento oprobrioso. Quem a ele se dirigisse — seu Messias — fazia-o sorrir e seria bem recebido.

O terceiro desses tipos populares: Manoel das Moças, conformara-se com o apelido. Era mesureiro, cumprimentador e achava todas as moças bonitas. E elas gostavam dele. Muitas supu-Moças, conformara-se com o apelido. Era mesureiro, cumprimentador e achava todas as moças bonitas. E elas gostavam dele. Muitas supunham que desse fanatismo pelas moças é que lhe viera o apelido: "Manoel das Moças". Não era, entretanto, essa a origem do apelido até poético. Seu Manoel veio de Ouro Preto, com a Capital. Foi lá que o apelido surgiu.

Morava em companhia de duas sobrinhas jovens. Elas eram bonitas. Um dia foram ambas seduzidas. Processo na delegacia, e seu Manoel — o tio — foi inculcado como responsável pelo mal-feito... Elas próprias o acusavam. Era, pois, um monstro! Arrepiou-se a velha cidade de Ouro Preto. Ele jurava sua inocência. Mas a moral implacável da cidade inteira o fulminava: era o tio monstro. Os culpados, porém, eram dois estudantes, com pais ricos. Mas seu Manoel foi quem curtiu na cadeia alguns meses. Um advogado de Ouro Preto, o dr. Gesteira, ofereceu-se para defender de graça seu Manoel, que todos antes conheciam como ingênuo e homem trabalhador. O dr. Gesteira mostraria que estava a Sociedade fazendo uma injustiça. Houve o júri e a defesa do dr. Gesteira foi completa. Gritou da tribuna que os responsáveis estavam soltos e que as duas sobrinhas de seu Manoel foram industriadas pelos seus sedutores para incriminar o tio. Os doze jurados, eram doze no tempo, se convenceram. O advogado fora brilhante. Seu Manoel foi absolvido unanimemente.

Quando voltou a perambular nas ruas — já reabilitado pelo júri — era por todos apontado assim: Olha ali "Seu Manoel das Moças". Era a indicação identificadora. E assim se formou o apelido que ele carregou mais de sessenta anos, até morrer.

As próprias sobrinhas que o acusaram, acabaram revelando a verdade. E seu Manoel virou tipo popular. "Manoel das Moças" sabia de cor as frases mais eloqüentes da defesa que del fez o dr. Gesteira. E gostava de repeti-las com ênfase, quando lhe davam trela. Então chorava...

Esses três tipos populares não escaparam, nem poderiam escapar, às revistas teatrais da época, porque eram símbolos da cidade.

O sr. Luiz Oliveira, arquiteto e escultor, grande artista, os perpetuaria em três magníficas estatuetas, que felizmente não se perderam. Elas estão no Museu da Cidade. Fazem parte da história humana de Belo Horizonte de outrora, porque a história de um povo se compõe também disso.

JOSE CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 25-10-73

V I

A MANEIRA DE FAZER JORNAL. — Imprensa foi planta que mais custou a pegar na nova Capital. A terra era por demais árida. Bem que se lançavam sementes. Entretanto, não vingavam. Jornais apareciam sempre. A certidão do nascimento já poderia vir acompanhada para causar surpresa. O povo gostava de jornais, mas não os tinha. Lembrarei o seguinte, bem expressivo: em 1926, pediram-me do Rio, para o matutino "A Manhã", do famoso jornalista Mário Rodrigues, um trabalho sobre a imprensa de Belo Horizonte. Eu o dei. E a redação, no Rio, diante do positivo que reuni e juntei, intitulou-o assim: "A Cidade que Guttemberg esqueceu". Era o título justo. Antes de virar isto aqui Capital já havia um jornal, "Belo Horizonte", do Padre Martins Dias, vigário da Paróquia da Boa Viagem. Tal folha lutou muito pela mudança da Capital para o antigo Curral del-Rei.

Na Capital, era comum o aparecimento de jornais, para morrerem do mal-do-umbigo. Alguns ótimos e combativos como o "Jornal do Povo" de Azevedo Júnior e Mendes Pimentel. Vibrante, enérgico, independente. Por isso mesmo, teve de fechar. Azevedo Júnior conheceu quase a miséria, sempre perseguido. Foi um grande jornalista. Depois de sua trucidação em vida, reverenciaram-lhe a memória com aquele busto que lá está na Praça da Liberdade... Nas campanhas políticas surgiram jornais, que só duravam em tal período. Assim aconteceu no Civilismo, isto é, na campanha política de 1910, quando Rui Barbosa e o marechal Hermes foram candidatos à Presidência da República. Carvalho de Brito e Afonso Pena Júnior fundaram um

jornal pró-Rui, de oposição. O "Diário de Minas", com o deputado Augusto de Lima à frente, defendia o candidato oficial — o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Fixos mesmo, que não morriam, só havia dois jornais: O "Minas Gerais" — porque órgão oficial, e o "Diário de Minas" — órgão officioso, mantido pelo governo por trás da porta...

A primeira tentativa para dar um jornal que pegasse mesmo foi em 1927, com o "Correio Mineiro", arrojo de um jornalista do Rio: Vitor Silveira, que fundara o "Correio da Manhã" com Edmundo Bittencourt.

Com Alberto Deodato, J. Guimarães Menegale, Aguiar Dias, Aurino de Moraes, Lauro Santos, eu também redigi esse jornal que durou três anos, de 1927 a 1930.

O saudoso Augusto de Lima Júnior entendeu, em 1928, de fundar aqui um grande jornal. Mandou arrojadamente trazer máquinas modernas e lançou o "Diário da Manhã". Muito bem feito. Não agüentou, porém, o rojão da despesa para manter a folha. Foi vendida a Assis Chateaubriand, que lhe deu o nome de "Estado de Minas". É o que aí está até hoje. Foram seus primeiros diretores Juscelino Barbosa, Pedro Aleixo e Álvaro Pimentel.

Mais de duzentos jornais aqui apareceram até 1930. Alguns eram brilhantes. Mas todos pirilampejavam e morriam.

A maneira de fazê-los era bem curiosa. Bastava uma tipografia. Máquina de imprimir era plana. Linotipos não havia. Só existiam no órgão oficial, o "Minas Gerais". Jornalistas aos cachos pela Capital inteira. E doidos de vontade de escrever. Com a cabeça cheia de assunto. Eram logo chamados pelos donos dos jornais. Escreviam satisfeitos, pois iriam desovar o que tinham na cabeça. Mas não recebiam ordenado. Ganhavam o que lhes poderia pagar o dono do jornal e quando fosse possível... Pediam eles aos jornalistas o artigo de fundo, os sueltos, as crônicas. Aos beletistas (literatos se chamavam beletistas na época) versos e contos para a parte literária.

Pediam a colaboração para o jornal de cada dia, convidando o homem que escrevia para tomar média de café com leite e pão com manteiga no tradicional "Café Java", instalado na esquina da Rua Espírito Santo com a Avenida Amazonas. Muitas vezes a colaboração era escrita lá mesmo nas mesas do café. Eu escrevi muita coisa naquelas mesas, para atender à solicitação, imediatamente...

Aleodato Pires e Carlos Vasconcelos lançaram aqui mais de dez jornais. Enchiam, por esse sistema, as páginas das gazetas que editavam. A preocupação dos donos de jornais era somente com o pagamento do pessoal gráfico. O jornalista teria de esperar para

receber o pagamento "sine die". Mas muito "sine die" mesmo... Ou então satisfazer-se com a média de café com leite e pão com manteiga do "Café Java" e nem sonhar com dinheiro vivo... A "média" era certa e presente e o pagamento incerto... Alguns em vez de "média" preferiam uma cerveja para escreverem o que lhes era pedido para entrega na hora. Mas nem sempre o dono do jornal podia arcar com a despesa da cerveja. Só tinha dinheiro para a média... E todos escreviam, porque gostavam de escrever. Então para criticar o governo, estavam sempre prontos.

Nunca se sabia quando um jornal ia desaparecer. Era de surpresa o desaparecimento. Se desagradava o governo da época o que o jornal publicava o governo entendia-se com o dono da tipografia que estava alugada para ser feito o jornal. E o aluguel das oficinas era logo interrompido. Várias vezes o governo comprava toda a tipografia, que lá ia engrossar as oficinas da Imprensa Oficial. Calava-se a voz imprudente que fazia mal aos timpanos governamentais... As oficinas eram o aparelho laringológico. Cortado, estava a voz liquidada. Esse estado de coisas durou bem até 1928. Depois foi que a Imprensa passou a poder manter-se nesta cidade, chegando ao que é presentemente.

JOSE CLEMENTE

Publicada no Estado de Minas de 27-10-73

VII

O "BONDE DO COLÉGIO SANTA MARIA" — BASE DA FAMÍLIA — Dito assim — "O bonde do Colégio Santa Maria como base da Família" — a frase pode parecer sem sentido ou, pelo menos enigmática.

Entretanto, tem sentido. É clara e precisa no que traduz. É fato objetivo, que faz parte da História da Cidade.

É que o Colégio Santa Maria, no alto da Floresta, à rua Pouso Alegre, foi o primeiro educandário para moças aparecido em Belo Horizonte. E de congregação religiosa. De irmãs de caridade francesas. Instrução a melhor. Educação severa. Internato e externato. Ter uma família a filha estudando no Santa Maria era qualificar-se

socialmente. Só quem estivesse em boa situação econômica podia dar-se a tal requinte. Mas também quando a jovem terminava o curso, estava uma jóia — com instrução a melhor, educação primorosa e cristã. E a grande recomendação: todas sabendo falar francês, pois lá as irmãs professoras e dirigentes não falavam outro idioma.

Para as alunas externas havia o "bonde especial" que as recolhia na cidade e as levava ao Colégio pela manhã, e à tarde as reconduzia aos lares.

Esse "bonde especial" fazia um percurso imenso: descia da Floresta, subia a rua da Bahia, dava a volta por Afonso Pena, contornava a Serra e o bairro dos Funcionários, ganhava a Praça da Liberdade, descia Bahia e voltava, passando pela Avenida e rua dos Caetés, à Floresta.

Era o arrebanhamento das ovelhinhas. Muito bem cuidadas não tresmalhariam na vida, com os seus princípios, sua instrução e mais o francês que sabiam.

E lá ia o bonde: todas uniformizadas, olhos baixados sobre os livros, uma irmã de caridade no primeiro banco e outra no último, para fiscalizarem. A fiscalização era para que as jovens em flor não levantassem os olhos dos livros, não olhassem para os lados embora todas estivessem olhando, principalmente os rapazes, que se aglomeravam no Bar do Ponto, esquina da Avenida com Bahia. Lá ficavam esperando a passagem do "bonde do Santa Maria", com as alunas uniformizadas, todas de meias compridas e pretas e a saia do uniforme até os tornozelos. E não podiam cruzar as pernas, o que era proibido.

Os rapazes só viam os seus rostos de perfil baixados sobre os livros.

Mas isso naquele tempo já contentava os moços.

Tanto contentava, que eles não perdiam a hora do "bonde do Santa Maria", todos os dias e duas vezes, à manhã e à tarde. Não estudava lá moça de cor. Nem mulata clara. Não havia exame microscópico para avaliar o pigmento. Bastava o olhar adestrado das irmãs, examinando tez e cabelo das candidatas. Recusavam o que deviam recusar. Moças arianas não seria possível pedir neste Brasil mas o que, em matéria de presunção de branquidão, pudesse contentar.

Com o diploma não saiam de lá só cultas professoras, mas moças perfeitas de educação e que falavam francês.

Era forno de futuras mães de família para quem quisesse noivas irrepreensíveis: com bom curso das matérias ginasiais e muita virtude. Os mineiros todos estavam certos disso.

E o "bonde do Santa Maria" não os deixava esquecer, porque todos os dias desfilava para a cidade inteira o opulento e belo mostuário, renovado anualmente. O bonde ficou, portanto, como base da Família Mineira. Muito conhecido e querido. Os pais mais severos para aceitação de noivas para os filhos — porque — notem — estamos rememorando um tempo em que os filhos rapazes podiam parecer aos pais para se tornarem noivos... Tais pais logo se satisfaziam com a informação do filho: "ela, papai, foi aluna do Santa Maria". Era grande recomendação.

Alguns sentiam — e diziam isto ao filho — ser graça dentada, para a família, às vezes modesta, a adição ao lar de moça com tão sublimados predicados. Moças que sabiam até francês!... É que o "bonde" do Colégio vinha à lembrança de todos.

Aquele bonde que, devido a descuidos e ao longo tempo de serviço, às vezes saía dos trilhos, mas as suas passageiras preciosas nunca...

Até hoje, jovens de nosso tempo têm prazer de contar que a avó ou a mãe estudou no "Santa Maria"...

Foi passageira de tal bonde importante e grave...

JOSE CLEMENTE

Publicada no Estado de Minas de 30-10-73

VIII

CIDADE SEM CRIMES — O passado de Belo Horizonte é bem limpo. Até ter quase quarenta anos, sua folha corrida não arrepiaria. Não havia crimes. Era cidade pacífica e ordeira. Podia dormir com as janelas abertas. Os ladrões ainda não haviam nascido. Os que apareciam ainda eram chamados "amigos do alheio". A palavra "amigo" mostra até gentileza classificadora.

Um crime aqui ocorrido no início da Capital — um estudante de Direito chamado Durant, assassinado pela amante, que se chamava Glorinha — esse crime era contado até 1925. Porque não teve outro de tal porte para substituí-lo na memória pública. Assaltos, arrombamentos, nenhum. Roubavam-se só galinhas nos quintais. Os chamados "crimes passionais" não tinham começado a série.

Ninguém andava armado. E havia uma casa de armas bem sortida, à rua dos Caetés. A "Casa Salles", que ainda existe. Os revólveres empoeiravam-se nas vitrinas. Mais se vendiam armas de caça.

Num Carnaval de 1916 ou 1917, houve um assassinato, que foi muito comentado.

Um rapaz de alta sociedade matou um chofer de praça na estrada de Venda Nova, para roubar-lhe a fêria. Esse crime foi comentado porque o rapaz era parente de alta personagem do Governo. Foi pela justiça considerado doente mental e internado. Sobre seu desequilíbrio mental a cidade, nos seus comentários, tinha lá suas dúvidas. Mas que era parente do Governo, era positivo...

Rapto, só uma tentativa frustrada. Certo alfaiate chamado Limongi tentou raptar uma aluna do Colégio Santa Maria, quando, na rua dos Caetés, a mocinha chegava uniformizada em casa. Agarrou-a e a meteu num automóvel de praça. O chofer, que não estava avisado parou, amedrontado, o carro logo adiante e o raptor frustrado foi preso. Disse que pretendia ser obrigado a casar com a moça, porque a mãe dela era uma viúva muito rica e a sua alfaiataria rendia pouco. Era até inocente a razão. Ouvia desaforos do delegado e diziam que recebeu uma surra... Foi solto logo e nem se pensou em processo.

Para dar uma idéia exata de tal estado de pacifismo da Capital nos primeiros 30 anos, citarei um fato.

Alberto Deodato e eu trabalhávamos, em 1927, no "Correio Mineiro", jornal que aqui se lançava com o propósito de ser vastamente noticioso e sensacionalista. E crime é que seria o bom recheio para as páginas.

Os nossos repórteres pelejavam para arranjar sensacionalismo noticiando crimes. Mas voltavam suados à redação com atentados insignificantes do Código, que mal mereciam uma coluna.

Tínhamos então de inventar matéria sensacional. Inventamos pitonisas, assombrações e até um fakir indiano, que dissemos estar aqui incógnito, vindo de um mosteiro do Himalaia.

Alberto Deodato, todas as manhãs, chegava à redação, ia para a janela do edifício, lançava o olhar pela avenida Afonso Pena, e exclamava: — "Que cidade horrorosa, que não dá crimes! Não dá nada de sensacional! E temos de encher um jornal!"

Um dia, felizmente, apareceu um crime: um sargento chamado Anhambira matou o Tenente Humberto dentro do quartel do 1.º batalhão. Era o sensacional, ardentemente desejado. Esse crime teve

de ser esticado por nós durante três meses, para que o povo não perdesse o seu sabor, assim como se conserva carne no congelador... Depois houve um crime dentro do Cine Floresta. Mas só. A cidade era pacata demais.

Foi de 1930 para cá que ela passou a dar recheio às colunas policiais, com crimes de todos os padrões. Mas benza-a Deus — vem tirando o atraso belamente, principalmente nos chamados crimes passionais. Mas a sua história antiga é pacífica. Tinha muito medo da Lei...

JOSE CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 01-11-73

IX

CAIXA DE AREIA: REFÚGIO DOS AMOROSOS E BERÇO DO ESCOTISMO — Faltam em Belo Horizonte pontos pitorescos para a população fugir nos dias de lazer à tormenta do que agora chamam sofisticadamente poluição sonora...

A Capital foi construída num dos mais belos cenários, opulento de dádivas da Natureza.

Os construtores da Capital, deixando tais áreas quase na sua virgindade nativa, acreditaram que a população que viesse cuidasse de adequadamente aproveitá-las. Não aconteceu isso. Devastaram-nas pela invasão, mas para urbanizá-las, tornando-as lugar para a luta suada cotidiana.

Houve a destruição da Natureza que descansa, para implantar-se o cansativo da existência.

Os construtores da Capital, achando que o restante seria feito, nos deixaram o "Parque Municipal", imenso na época e afeiçoado para ser o refúgio da população, e de fácil acesso porque incrustado no centro urbano.

Mas exatamente por ser perto, ele não satisfaria à ânsia da população que queria o afastamento, na busca do bucólico, do agasalho virgiliano... E tanto lugar havia para isso, para o homem sentir-se em pleno contato com a Natureza, para esparecimento do espírito... Povoaram esses lugares.

Quando, mais tarde, se acenou à população com um recanto desses, preparado só para tal fim, houve alegria de todos. Seria a Pampulha tal lugar — um Edenzinho bem preparado. Mas aconteceu isto: a Pampulha se urbanizaria, com todos os problemas de cidade e angústias de cidade.

A carência de tais lugares recreadores permanece. E no passado já sentia o povo tal "déficit".

Entretanto, havia um local para o refúgio nos dias de folga geral, domingos e feriados, em pleno contato com a selva, com o ar vivificador e o agradável odor da Natureza. Era a Caixa de Areia, no alto da Serra, perto da Serra do Curral, que também agora está sendo destruída.

Chama-se Caixa de Areia, porque lá está o reservatório de água para abastecer a cidade, com filtro de areia. O local era belo e quem nesse belo viu a possibilidade de oferecer ao povo o que ele pedia, foi um homem simples, mas de boas idéias. Foi um funcionário municipal modesto, que lá morava obrigatoriamente, porque era o guarda do Reservatório da Água, com o dever de abrir-lhe os registros e fechá-los. Esse homem chamava-se Joaquim Bambilra. Com o seu engenho e seus braços abriu caminhos na selva, fez ruas e até praças pitorescas. Com os galhos e troncos de árvores construiu bancos e mesas, distribuiu-os na ampla área, formando bosques agasalhadores.

Tornou assim a Caixa de Areia o lugar aprazível da cidade. Bastava tomar o bonde "Serra", parar na rua Caraça e de lá subir, a pé, até a Caixa de Areia. Quase toda a cidade ia para lá passar os domingos. Só voltavam os visitantes à tarde. Era aquilo um Paraíso.

Para os poetas era até fonte de inspiração.

E o sr. Bambilra colhia os produtos da inspiração: tinha para isso livros em branco, para que neles os visitantes inspirados escrevessem o que quisessem.

Tais livros estavam cheios de poemas. Todos os poetas da cidade deixaram lá sinal de sua Musa. E os de fora também, porque teriam de ir até lá. Olavo Bilac, quando aqui veio, foi chamado e lá passou horas.

Visitar Belo Horizonte e não ir à Caixa de Areia era o mesmo que visitar o Rio pela primeira vez e não subir ao Corcovado ou ao Pão de Açúcar. Era o que tínhamos de aprazibilidade da Natureza para oferecer. E era bela a oferta. O sr. Bambilra requintava-se no zelo, aformoseando a área imensa. E recomendava: — Lá longe preparei mais um bosque, com mesas e bancos.

Com seus farnéis, todos corriam para o local indicado. Parecia procissão, ao entardecer, a volta dos visitantes da Caixa de Areia. O local era propício ao descanso e especialmente ao amor. Era poético a valer e os bosques ensombrados, como convém aos pares amorosos, platônicos ou não.

Foi lá o berço do Escotismo na Capital. Pereira da Silva, professor de ginástica do Ginásio Mineiro, pioneiro do Escotismo em Belo Horizonte, fez da Caixa de Areia o local para os jovens escoteiros se exercitarem em contato com a Natureza. Aos domingos ia com os meninos para lá. Eles acampavam e se exercitavam. Era a prática das lições do Escotismo ao vivo. Do pioneirismo escoteiro de Pereira da Silva, a Caixa de Areia foi, com sua amplidão e beleza, a Escola.

Depois, foi crescendo a cidade...

E nem se sabe porque, a Caixa de Areia ficou esquecida. Entretanto, foi o lugar melhor que o belo-horizontino, durante trinta anos teve para repousar. Perguntem os que não sabem disso, aos que viveram no passado. Todos responderão quanto era belo e suspirarão, com saudade... Talvez até lhes marejem os olhos de lágrimas... Porque velho chora muito quando recorda...

JOSÉ CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 03-11-73

X

BARROCA ERA SUSPEITA E O BARREIRO O PECADO — O que é hoje a Barroca, todos estão vendo. É bairro residencial distinto, com seus edifícios e palacetes. Como era antes? Notem que o nome do local é antigo. Vem de muito antes da Capital. E no nome está dito o que era: lama, barro, barrocal...

Um pedaço de terra coberto de mato. No princípio da Capital e durante os primeiros 30 anos, ninguém pensaria em ir morar na Barroca. A avenida Amazonas terminava na avenida Paraná, junto ao Córrego do Leitão. Na Barroca só cafuas de adobo, trilhos, buracos e a sua suspeição. Suspeição por que?

A pergunta é natural, partida daqueles que só a conhecem na galhardia atual, com seus lotes caríssimos e suas construções refinadas de variados estilos.

É que a Barroca era mal-afamada. Diziam dela coisas abomináveis.

A língua do povo tinha fartos casos a contar sobre a Barroca, que só era atingida através de caminhos abertos no mato, não muito alto, mas cheio de carrapichos. Quem chegava de fora a Belo Horizonte, logo teria de ouvir, sussurado, o que a população, cheia de pudores contava a respeito da Barroca... Os amores clandestinos da Capital faziam da Barroca o cenário de suas proezas. É que o lugar era afastado, quase sem gente, isto é, sem olhares bisbilhoteiros. E sem iluminação. Para idílios românticos, ótimo. E, sobretudo, para os menos platônicos... Para os idílios que podem dar terço até no olho do sol...

A Barroca era o ambiente propício. Todos acreditavam que lá estariam escondidos. Estavam, mas não tanto para que o segredo que pretendiam guardar não fosse transmitido aos ouvidos da cidade, corresse ruas e avenidas, fosse comentado nos cafés e bares e até nas reuniões das famílias mineiras austeras. Na Barroca havia muitas fossas e poços já secos de água, que tinham sido abertos por moradores de casuas, depois abandonados. A cidade, em várias ocasiões tinha, pois, notícia de que em tal entardecer, ou mesmo, em tal noite, uma Fulana distinta, por distração, caíra numa daquelas velhas cisternas...

Esas coisas constituíam o prato condimentado para a Capital, onde não faltavam os gulosos para saboreá-los.

Figuras — que agora, na linguagem de nosso tempo — se denominam "gente bem" — se fossem vistas na Barroca, poderiam não cair nas cisternas ou fossas da Barroca, mas caíam na língua do Povo. A Barroca forneceu material, durante mais de 20 anos, ao folclore fescenino da Cidade.

Só lhe levava vantagem — na má fama — o Barreiro, bem mais afastado. Se à Barroca era possível ir a pé, embora cansasse demais, o Barreiro só era atingido em carro de praça, puxado por cavalos. Os carros de praça faziam ponto na avenida Afonso Pena.

Bonde não ia até lá. E automóvel só ia lá a custo, porque horrível o acesso.

E no Barreiro — havia um bar ordinárrimo, com restaurante. Antes um pouco de chegar a ele, havia também um restaurante chinfrim com o nome de Cabana do Pai Tomás. Tal nome ficou até hoje designando aquele local, agora asfaltado e iluminadíssimo. Antes tudo era escuro à noite. E essa escuridão atraía os que precisavam de seu agasalho, por óbvios motivos...

Ir alguém no Barreiro era estar mal intencionado, porque a Cidade o via como sede do Pecado. Mas muitos iam. Abalavam-se do centro urbano, metiam-se num carro de praça tocado por boleceiro, ou num automóvel, e mandavam tocar para o Barreiro. Pediam ao boleceiro ou ao chofer para não contar. Essa discreção era paga com boa gorjeta, além do preço da corrida. Mas a discreção paga pouco funcionava. A cidade conhecia os frequentadores e foquentadores. E eram apontados nas ruas. A cidade era mexeriqueira como ela só, apesar de Capital.

E lá escondido, o Barreiro, com seu restaurante, atendia sofrivelmente nas mesas, mas preparava os melhores pratos para a maledicência urbana da Capital. Lá era, como lhes digo e acreditem, a sede do Pecado.

Hoje é indústria, é chaminé, a poluição é só do ar... Todos dizem: Vamos lá ao Barreiro.

E ninguém faz o sinal da cruz, esconjurando-os...

JOSÉ CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 06-11-73

XI

OS GOVERNANTES IAM AO CINEMA COMO TODA GENTE
— Cinema era a única diversão noturna, caracteristicamente honesta, para a população.

O cinema satisfazia a natural vontade de divertimento da população depois do ramerrão cotidiano. Eram poucos: "Cinema Comércio" a rua dos Caetés esquina com São Paulo; "Cine Colosso", "Variedades", que era também café — à rua da Bahia. E ainda na rua da Bahia, esquina de Goitacazes, o "Cine Familiar", encarapitado num sobrado.

Só depois de vinte anos de Capital, apareceram outros cinemas: o Glória, o Odeon, o Avenida, etc.

As telas eram molhadas com esquichos de água, antes de começar a exibição. Molhadas para maior nitidez das imagens. Não havia, até seria despropósito sonhar com isso naquele tempo, cinema no Palácio, só para os presidentes se deleitarem com suas famílias. E eles eram de carne e osso como toda gente. Tinham

necessidade de espriar o espirito, distraindo-o das responsabilidades do encargo grave. E iam ao cinema os Presidentes, porque no Estado os governantes eram Presidentes. A troca de nome para Governador foi novidade criada na Constituição de 1934. Silviano Brandão, João Pinheiro, Francisco Sales, Bueno Brandão, Wenceslau, Raul Soares freqüentavam cinema. O exercício era bom para o Presidente fazer a digestão o que é salutar para os de vida sedentária. E lá vinha o Presidente, com o ajudante de ordens ou um Secretário, descia a Av. João Pinheiro e entrava, na sessão das 7 horas, no cinema que preferia. Só havia duas sessões à noite. Matiné só aos domingos. Artur Bernardes ia raramente ao cinema. Raul Soares gostava demais. Melo Viana, a tardinha, depois de passear a cavalo na cidade ia ao cinema ou então vinha passear na Avenida, com o dr. Ataliba Sales. Melo Viana ia habitualmente a matiné do "Cinema Odeon", à rua da Bahia aos domingos. O Odeon existia em 1925, quando ele governou. E numa dessas matinês deu o Presidente um "show" que foi divulgado pela imprensa do Rio e comentado aqui na Capital inteira.

Estava assentado, vendo o "filme", quando notou que, à sua frente, linda moça de nossa sociedade se sentia incomodada na cadeira, procurando apertar-se para o outro lado, para fugir aos joelhos de um rapaz ao lado, que a importunava. Era um "bolina" que estava em ação. O Presidente levantou-se fez "psiu" para o guarda-civil que lá estava policiando e mandou que o guarda retirasse o rapaz. Falou bem alto: "Leve esse atrevido para fora!" Interromperam o filme. Fez-se a luz. Lá se foi o estudante mal comportado. A penumbra voltou e a fita continuou. E Melo Viana ficou assinalado como o terror dos bolinas. Defendia a Moral da Família Mineira... Tal episódio é histórico.

Os presidentes tinham cadeiras cativas nos cinemas. "Cativas" mesmo, no exato sentido, pois o assento móvel da poltrona ficava preso ao encosto por uma correntinha com cadeado. O acompanhante de sua exa, o Presidente tirava do bolso a chave, abria os cadeados das cadeiras e assentavam-se. No fim da sessão, erguia o acompanhante as almofadas, prendia-as com a corrente, fechava o cadeado e punha a chavinha no bolso. Todos os assistentes presenciavam a operação e sentiam-se satisfeitos: estavam vendo "fita" junto com o Presidente. E inúmeros não saíam logo, só para poderem cumprimentar o Presidente.

O Presidente Delfim Moreira gostava demais de cinema. Ia ao "Cinema Comércio", à rua dos Caetés, com seu secretário do Interior, o dr. Américo Lopes. Emocionava-se demais com os

"filmes" tristes, que eram da "Pathé Frères", fábrica francesa que dominava o mercado cinematográfico no mundo. Só, então, havia filmes franceses e italianos.

Ainda não chegara ao Brasil o cinema americano, que demorou a vir. As fitas do "Pathé Frères" começavam e terminavam com um enorme galo, que era a marca da fábrica, a bater asas na tela. Era o "galo da Pathé", como depois haveria o Urso ou o Leão, símbolos de outras indústrias de cinema.

O Presidente Delfim Moreira, nos lances mais tristes, chorava, emocionado. Tirava até o lenço para enxugar o pince-nez...

O dr. Américo Lopes, secretário do Interior, para abrandar a emoção presidencial, dizia-lhe:

— Não se comova, Dr. Delfim, tudo isso vai acabar em galo...

Porque era certo o galo da Pathé, sacudindo as asas, no final da "fita".

Era assim no passado... Muito no estilo antigo mineiro; bíblico, ingênuo, patriarcal...

JOSE CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 08-11-73

XII

AS ESTATUAS NUAS OFENDIAM A MORAL — O horror do nu fazia parte da carga de preconceitos da Capital, pudica donzela dantanho... Não só ao nu vivo, com as exigências da fisiologia humana. Era ele condenado até na forma piástica, inerte, de figuras e estátuas.

Note-se: estamos revendo o período de 1897 até lá por mil novecentos e vinte. Já a Capital taluda, com 23 anos, portanto de maior idade.

Mas para o pudor não havia idade, pensava-se em tal época.

Relembraremos que até o seminu era condenável, mesmo quando tal seminudez não representasse acicatamento hormonável.

É só ver, como exemplo, fotografias das revistas antigas, na "Vita" e "Vida de Minas", e dos quadros de futebol de tal tempo — do famoso Yate Sport Clube, que madrugou na revelação à cida-

de do que então ela só chamava "Jogo bretão". Era o futebol... Nem o busto dos jogadores ficava nu, nem as pernas. As meias compridas dos jogadores, que então se chamavam "players", iam das chuteiras aos joelhos. Ai encontravam-se com o calção e este na cintura com a camisa. As mangas da camisa iam além dos cotovelos. Chutavam em campo abafados pelas vestes.

No que toca ao feminino, lembre-se que o Colégio Isabela Hendrix — de educação feminina progressista, porque era norte-americano, muito assustou as famílias, ao anunciar a construção em sua sede à rua Espírito Santo, onde hoje está o Banco Comércio e Indústria) de uma piscina para uso das alunas. Alarmou-se a sociedade. Piscina para moças?! Muitos pais pensaram em tirar de lá suas filhas. Mas não as tiraram, a piscina se construiu e as alunas mergulhavam-se.

Mas com um figurino bem pensado, talhado, pela diretoria do educandário metodista, de acordo com o pudor da época... As vestes das banhistas-alunas resguardavam-nas do pescoço aos tornozelos, nestes terminando por um laço. Tal como as vestes pesadas das astronautas de nosso tempo. E, mesmo assim, para se entregarem as alunas à natação, o Colégio teve o cuidado de aumentar de mais um metro os muros do local em que estava a piscina, para impedir olhares indiscretos de algum sobrado próximo.

Mas na Praça da Liberdade, no jardim do Palácio, à vista de todos portanto, encontravam-se umas estatuetas de mulheres de mármore despidas, enfeitando o lago em que havia um repuxo e fonte luminosa, que só funcionava nas noites de domingo.

No Governo Francisco Sales, a virtuosa esposa do Presidente não viu com bons olhos tais estatuetas despidas à frente da residência presidencial.

E as estatuetas admiráveis que vieram da Itália para o jardim palaciano, foram removidas para o Almoxarifado da Prefeitura e lá ficaram quarenta anos ou mais do que isso. E mesmo lá cobertas de panos bem amarrados.

Não se suponha que tal horror ao nu era só das austeras famílias mineiras. Era contagiante.

Já em 1925, tendo a capital 30 anos, as estudantes rasgaram, em alarido, os cartazes do "Cine Glória", à avenida Afonso Pena, porque esses cartazes mostravam imagens do filme que então o cinema estreava. Era um filme mitológico: "Diana, a Caçadora".

E Diana nos cartazes estava nuinha, com o arco e a flexa. O filme só foi exibido na estréia barulhenta que obrigou a Polícia a intervir. Ele atentava contra a moral do tempo! Havia aqui uma Liga pela Moralidade que censurava os filmes, avisando às famílias quais os que deviam ser vistos.

Conhecem todos o monumento à Civilização Mineira — assim se chama ele — na Praça fronteira à Estação da Central. Foi erguida pelo Governo Antônio Carlos, em 1929. Aquele mancebo musculoso de bronze, que lá está no topo, com uma bandeira na mão, concepção do escultor Giulio Starace, autor da obra, não era para ter tal bandeira. Mas o dr. Lourenço Baeta Neves, grande engenheiro, assessor do Presidente Antônio Carlos, mandado pelo Presidente ao atelier do escultor, em São Paulo, para ver como corria a obra encomendada pelo Governo, insurgiu-se, por bem conhecer a nossa gente, contra o nu da estátua, já pronta para ser fundida em bronze. Discutiu muito com o escultor, que não queria alterar sua criação. Mas o convenceu. E então, o escultor Starace meteu aquela bandeira nas mãos do homem-estátua, arranjando jeito de, com as dobras do pano, cobrir-lhe do nu tudo quanto considerava o ilustre engenheiro Baeta Neves que deveria ser bem coberto, para a estátua poder figurar em lugar público na Capital mineira cheia de melindres.

Ouvi as lamentações do artista Giulio Starace no dia da inauguração festiva ao Monumento. Estava furioso porque fora forçado a mutilar a sua concepção de artista.

Todos conhecem tal estátua e poderão verificar que a bandeira nela está funcionando como tanga... É só ir lá conferir.

JOSE CLEMENTE

Publicada no Estado de Minas de 10-11-73

XIII

HAVIA ARTISTAS E NÃO HAVIA ARTE — Hoje, considera-se a nossa Capital Cidade da Arte. No passado não lhe faltavam artistas. Tinha-os sim: na Pintura, na Música e no Canto. E até muitos. Em Pintura — é claro — todos acadêmicos. Mas não havia o que apontar como "Arte de Belo Horizonte". Porque faltavam comunicação entre os artistas, para assegurar, convincentemente,

que ela era uma Capital artística. Os pintores faziam suas telas e alguns as mostravam nas vitrinas de casas comerciais. Exposição pública para ser visitada, não. Só de artistas de fora. Estímulo era o que faltava aos da terra. Os mais arrojados, iam para o Rio. E até para o exterior estudar. Quando voltavam eram festejados. Então, a cidade lhes reconhecia o mérito, a que antes não dera maior atenção. Isto aconteceu com Genesco Murta, por exemplo. Pintava por aqui. Foi para Paris. Lá viram os mestres a garra de artista daquele homem de temperamento agreste, do Arassuaí. Voltou com nome e ficou aureolado até morrer, septuagenário. Suas telas hoje são preciosidades e valem muito dinheiro.

Pintores eram aqui na Capital José Perel, este também escultor, J. Quintino, paisagista, José Jacinto das Neves, paisagista e autor de um quadro de alto valor histórico: a "Casa da Varginha", que agasalhou tantas vezes Tiradentes, quando viajava para a Corte. Lá na Varginha foi enterrada, por determinação da sentença uma parte do seu corpo esquartejado. A tela de José Jacinto das Neves está no Arquivo Público Mineiro, onde também se encontra uma tela com o mesmo sentido histórico: a Fazenda da Borda, que era do Inconfidente José Aires Gomes. É quadro de Anibal Matos.

Tinha a Capital os pintores Paschoal Ciali, Berenice Prates, Amilear Agretti, Branca Henriot, Belmiro Frieiro, (irmão do escritor Eduardo Frieiro), Branca de Carvalho Vasconcelos, Celso Werneck, Orózio Belém, que aparecia, em 1920, revelando muito talento, e ainda outros.

Luiz Olivieri era escultor, além de arquiteto.

Francisco Rocha era professor de desenho do Ginásio Mineiro e pintor. Honório Esteves, autor de quadros magníficos, era professor da Escola Normal.

Na caricatura, nos primeiros 30 anos da Capital, tivemos Evaristo Salomon, Castro, Aldo Borgatti, Bemvindo Lima. Manoel Pena era desenhista de valor. Logo no princípio da Capital, era falada a pintura do comendador J. Frederico Stekel, que pintou murais em alpendres de diversos palacetes.

Cada qual fazendo quadros nos momentos de lazer. Pintura quase escondida. Estímulo nenhum. Os pendores teriam de murchar.

A imprensa pouco se preocupava com Arte. Uma revista que apareceu "Vita" e "Vida de Minas", depois, dariam uma "colherzinha de chá" aos artistas, como às "belas letras" — como se falava no tempo. Eram literárias principalmente e, portanto, com sensibilidade para a Arte. Marcaram época em nosso meio, embora

durassem pouco. Na "Vida de Minas", com "panache" brilhavam Cysalpino de Souza e Silva, Milton Prates, que mais tarde foi deputado federal e hoje mora em Montes Claros, Agenor Barbosa, Djalma Andrade, Eugênio Detalonde e outros intelectuais daquele tempo. A "Vida de Minas" publicou em 1916 um número especial sobre a visita de Bilac à Capital, com um noticiário completo e abundância de fotografias das solenidades em honra ao Poeta glorioso.

Essa situação só mudou, quando para aqui veio o professor Anibal Matos. Foi ele quem chamou esses valores dispersos, encolhidos. Promoveu deles a união, com aquele fogo idealístico que era a marca de Anibal. Juntou os pintores da capital e do Estado e fez aqui a 1.ª Exposição Mineira de Belas Artes e nunca mais parou. Fundou até a Sociedade Mineira de Belas Artes em 1923 e depois criou uma Escola de Belas Artes. Foi indiscutivelmente ele quem deu corpo, por essa conglomeração de artistas, à pintura em Belo Horizonte. Acudiram os que estavam desanimados e outros surgiram.

Depois dele, já bem mais tarde, veio Guignard, com a pintura moderna. Encontrou o interesse pela pintura já despertado em Belo Horizonte e realizou no terreno aplainado por Anibal, a sua grande obra, com seu gênio que todos conhecem.

Dois bandeirantes teve, portanto a pintura na capital: Anibal Matos, o que fez a primeira consagração, e José Maria da Veiga Guignard que arrebanhou valores moços com a mensagem do Modernismo e para o mesmo rumo levou até pintores antes acadêmicos.

Na música tinha a capital grandes valores, mas cultivando-a cada qual isolado.

Maestros e compositores excelentes. Pequenas orquestras para festas familiares e para os cinemas. Arte Musical de Belo Horizonte, propriamente, não havia, embora houvesse musicistas de valor, como José Ramos de Lima, Branco de Vasconcelos, Maria Virgínia Baeta Neves, Maria Luiza de Lima, Pedro de Castro, o grande pianista mineiro, que aqui vivia e nasceu em 1896 em Barbacena.

No canto, havia vozes notáveis. Mas a apresentação desses valores limitava-se quase ao coro das igrejas aqui na capital. O Maestro Francisco Flores, grande musicista, aqui fundou, em 1901, a sua Escola Livre de Música, com José Ramos de Lima, Dr. Ismael Franzen e Alfredo Furst. Tinha a seu lado os professores Antônio

Sardinha, Targino Mota e D. Ester Franzen de Lima. Foi o maestro Francisco Flores o pioneiro na cultura musical em Belo Horizonte. Mas o impulsionamento mesmo à Música, só foi dado com a criação, pelo governo Melo Viana, do Conservatório Mineiro de Música.

Deve-se esse feito ao sr. Melo Viana, o estadista, e ao maestro Francisco Nunes, que o presidente chamou para dirigir o Conservatório de Música. Nunes era diamantinense e professor do Conservatório Nacional no Rio.

Veio para aqui e transformou o ambiente musical de Belo Horizonte, reunindo os músicos locais e os de fora, que trouxe de outros centros. E muitos desses eram mineiros que trabalhavam fora de Minas.

A arte musical em Belo Horizonte tem no passado nomes a reverenciar sempre pelo que fizeram.

Vejamos alguns desses nomes: Francisco Flores, José Ramos de Lima, Branca de Carvalho Vasconcelos, Alice Alves da Silva, Yara Camarinha, Pedro de Castro, George Marinuzzi, Araci Coutinho, Flausino Vale, Aquiles Perrotti, Arrigo Buzzachi, Pequetita Gonzaga, Vespasiano dos Santos, Justino da Conceição, Elviro Nascimento, Targino da Mata, Antonieta Brande Pereira, grande figura no canto, Ester Franzen de Lima, Maria Amorim Ferrara, Gertrudes Driesler, João Vitor Fureaux, Rafael Hardy, Paschoal Ciodaro, Júlia Driesler, Padre João Batista Lehman, Eugênio Guadagnin.

Muitos desses já morreram.

Mas o que pretendiam ficou: a Arte Musical.

Alicerçaram o "clan" de hoje.

JOSS CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 13-11-73

X I V

O ESTILO DAS CONSTRUÇÕES E OS ARQUITETOS — Com quase setenta e seis anos de vida, Belo Horizonte hoje não tem, para destacar-se, preferência por determinado estilo arquitetônico. Continua eclética no gosto. Quer o belo e o confortável. Quanto a estilos de arquitetura há fartas amostras de todos eles.

Desde o colonial, até as criações mais arrojadas dos arquitetos fanatizados pelo Moderno, sempre com o inculcamento de sua funcionalidade.

Tal palavra ganhou ênfase na Arquitetura com o advento do Modernismo. No passado nunca entrava em conversa ou tratos referentes a construções. Falava-se só comodidade. Para o interior das construções era o que se pedia. A fachada é que deveria ser bonita...

E o bonito ficava antigamente por conta dos construtores encontrá-lo nos estilos que, como profissionais, conheciam.

Note-se que a Capital se formou com gente vinda de Ouro Preto e de outras cidades mineiras. Não estavam os que vinham habitá-la querendo mais que morar comodamente e com o conforto possível que pudessem pagar. O Governo teve responsabilidade na arquitetura inicial da cidade, pois a ele cabia a obrigação de ser o maior construtor. Não só dos edifícios públicos para a administração, como das residências dos funcionários que saíam de Ouro Preto, onde quase todos tinham casa própria, para de vez instalarem-se na nova Capital. E centenas de casas obrigatoriamente construiu para os seus servidores, para que eles as pagassem em módicas prestações, tudo isso determinado em lei.

O estilo do Palácio — o Renascença — as três Secretarias e a Imprensa Oficial sem estilo definido, mistura de estilos...

As casas dos funcionários — todas não distantes da Praça da Liberdade, onde se localizavam as três Secretarias, deram denominação ao bairro: Bairro dos Funcionários.

Eram construções de quatro tipos: A, B, C, D, todos com platibandas. As letras dos tipos distinguem a área interna, sendo a distribuição aos servidores públicos de acordo com o tamanho de sua família. Muitos, embora com famílias pequenas na época, preferiram logo o tipo de maior número de quartos, pensando na fecundidade das esposas, pois ninguém, em tal época, via a natalidade como fantasma econômico. E em pilula não se sonhava. Essas casas eram pagas em prestações pelos funcionários, com desconto mensal nos vencimentos.

Eram casas de platibanda por toda parte. Os particulares também as queriam no mesmo modelo. Ou então chalets. Chalets, chalets.

Bem mais tarde, apareceu uma construtora — a "Zona da Mata" — com uns projetos diferentes. Semeou na cidade inúmeras

construções no mesmo estilo que ficou com o nome "estilo Zona da Mata". Nada, absolutamente nada a demonstrar requinte estético no comum das construções.

Não seria, por elas, que a Capital nos primeiros tempos impressionaria os visitantes. Impressionava-os muito pelo simétrico das ruas e avenidas e, depois, logo nos primeiros dez anos, com a opulência da arborização, principalmente na Avenida Afonso Pena. Apareceram os "bangalows" em 1925. O primeiro bangalow foi de Afrânio de Carvalho, no Bairro dos Funcionários. Foi esse "bangalow" copiado demais. Encheu-se a cidade de bangalows...

Curiosidade antiga, em construção particular, era um "castelinho", casa particular do professor de inglês Artur Gosling, na Avenida Afonso Pena. Também o Professor Rodolfo Jacob, junto ao Palácio da Justiça, construiu um vilino, "art nouveau" para residência.

A estação dos bondes, na praça do Bar do Ponto, era uma construção interessante, com as esculturas tendo como motivo o café.

Os arquitetos da época eram Luis Olivieri, João Morandi, Edgard Nascentes Coelho e depois apareceria Luiz Signorelli, com seu talento. Este projetou e construiu, para Alfândega, (aqui já tivemos Alfândega), o Edifício em que está a Secretaria da Agricultura. O engenheiro pernambucano José Magalhães, arquiteto da Comissão Construtora, projetou o Palácio, as Secretarias do Interior, Finanças e Agricultura, e também várias residências particulares.

Todas as casas tinham varandas e os proprietários de muitas delas queriam nas paredes dos alpendres ver paisagens. Então, os pintores da terra esmeravam-se na mostra de suas brochas e pincéis e as pintavam.

Os ouro-pretanos, uniformemente, pediam nas varandas paisagens de Ouro Preto, sempre com o Itacolomi. Isso era para matar saudades.

O Governo — levando em conta o seu dever oficial de aplacar tal saudade, mandou erguer na Praça da Liberdade, à margem de um lago, uma miniatura, em cimento do Itacolomi, com cinco metros de altura e dez de base. Esse cocurato de cimento lá permaneceu 25 anos, não retratando, mas caricaturando o Itacolomi autêntico... Desapareceu, ao ser destruído, em 1921, o primitivo jardim da Praça da Liberdade, para construir-se um novo, quando da visita do Rei Alberto a Belo Horizonte. Anunciaram que o novo jardim da Praça era miniatura do Jardim de Versalhes...

A nossa Arquitetura no passado nada tinha para distinguir-se. Era mesmo para passar... Exceções poucas. O gótico do edifício do Conselho Deliberativo, hoje Câmara Municipal, a Igreja de Lourdes, com seu manuelino, o Palácio...

Demorou demais a despertar a sensibilidade da Capital para estilos da Arquitetura. Ainda hoje ela não sabe bem o que prefere, esta é que é a verdade... Tem, porém, uma Escola de Arquitetura para ensinar a população a ter gosto, com os profissionais que vai lançando. Essa Escola de Arquitetura é também um dos frutos do pioneirismo de Anibal Matos que aqui deixou marcada sua presença em vários ramos das artes plásticas. Até o "modernismo" foi revelado por ele à cidade, embora fosse um pintor clássico. Foi ele quem trouxe a primeira exposição de arte moderna que a cidade viu. Foi da artista Zita Aita, filha do sr. Donato Aita, dono da primeira Casa de Câmbio que teve a cidade. Ela foi à Itália estudar pintura e de lá veio modernista, que na época se chamava "futurista"...

JOSÉ CLEMENTE

Publicada no Estado de Minas de 15-11-73

XV

A RAZÃO DOS NOMES DE BAIRROS — A denominação de bairros e ruas de Belo Horizonte é conhecida de todos. Não é, porém, sabido pela maioria o que motivou alguns desses nomes. Parecerão mesmo muitos deles inexplicáveis.

Esclareça-se que a denominação que os construtores da Capital deram às ruas foi lucidamente elaborada e obedeceu a um plano baseado na História e na Geografia de Minas e do Brasil. Deturpou-se, porém, tal plano. Os administradores profanaram o que receberam da Comissão Construtora da Capital. Desandaram a mudar os nomes das vias públicas, desarticulando o soberbo planejamento primitivo. Faziam isso para prestação de homenagens a memórias de vultos ilustres, sem dúvida alguma merecedores de reverência, mas praticando atentados contra uma nomenclatura que impunha respeito porque fora produto de sérios estudos. O critério que adotou a Comissão Construtora foi este: "os nomes

das nossas avenidas seriam os dos grandes rios mineiros e brasileiros ou também de montanhas. Daí, a desaparecida Avenida Mantiqueira. Assim Av. Amazonas, motivada pelo rio Amazonas. Avenida Paraopeba, (nome mudado para Augusto de Lima) era por causa do rio Paraopeba; Avenida Tocantins, (que hoje tem o nome de Assis Chateaubriand) indicava o rio Tocantins. Av. Paraná por causa do rio Paraná. Avenida São Francisco, (hoje Avenida Olegário Maciel) lembrando o rio São Francisco; Avenida Sapucaí, lembrando o rio Sapucaí.

Nas ruas os nomes de capitais dos Estados — Curitiba, Rio de Janeiro, ou dos próprios Estados: São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pará, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe...

Tanto quanto possível o início da rua obedecia na sua posição, norte ou sul, à Geografia. Os nomes das tribos indígenas: rua Carijós, rua Tamóios, Guajajaras, Guarani, foram dados com atenção ao fato de tais tribos terem existido nas Províncias que tomaram nomes de ruas mais próximos. Fora da Avenida do Contorno, que marcava a zona urbana, apelaram para as nossas riquezas naturais.

Por isso as ruas do Chumbo, do Ouro, rua Platina, Turmalina, etc.

Havia afinal, um plano articulado, ao qual não se deu atenção no futuro. Entretanto, havia denominações e ainda há que poderiam ser substituídas por outras como sentido de homenagem. Os nomes de metais por exemplo. Mas preferiram trocar nomes entrosados à Geografia e à História... Isso é triste, mas é a realidade e vem de longe. A primeira mudança de nome foi a da Avenida da Liberdade, que descia da Praça da Liberdade.

Quando João Pinheiro morreu, homenagearam-lhe com justiça a memória dando o nome de Av. João Pinheiro à Avenida da Liberdade. Essa alteração não tirava a pomposidade da palavra Liberdade — pois a Praça da Liberdade continuou.

Nas mudanças os bairros têm sido menos atingidos. Ainda conservam muitas denominações tradicionais. Algumas destas não são pela maioria da população explicadas. Contudo têm motivação.

"Lagoinha" é o nome mais antigo — vem do tempo da "bandeira" que penetrou o território que viraria Curral del-Rei.

O Bairro da Serra está obviamente explicado. Sempre assim foi referido por causa da Serra do Curral.

Mas por que "Calafate"?

É que no tempo da Colônia lá morou um português, que contava ter sido em sua terra "Calafate", isto é, exercia a profissão de calafetar barcos. Achavam estúrdio tal nome. E então o local em que tal homem residia, ficou assim referido: onde mora o "Calafate". Lá no Calafate. E o nome pegou. Vem assim de passado remotíssimo.

Por que "Floresta" se lá não há floresta? Teria havido? Nunca houve. Tal nome surgiu quando da construção da capital. Um espanhol chamado Floresta tinha um botequim muito freqüentado pelos trabalhadores da construção, logo na subida do morro naquele lado da cidade. Era o botequim do Floresta. A área tomou o seu nome, por todos referido para indicar o local.

Acaba Mundo foi nome dado pelo povo do Curral del-Rei. Tal local parecia pelo encontro das serras o fim do mundo... E era distante demais.

Carlos Prates é porque em tal local o governo fundou uma colônia agrícola com o nome de Carlos Prates, grande engenheiro, Chefe de Seção de Colonização. A colônia acabou e o nome ficou.

"Quartel" foi nome dado pelo povo para designar o bairro que é hoje Santa Efigênia, porque lá estava o quartel do 1.º batalhão de polícia. A Igreja de Santa Efigênia, protetora dos militares, foi construída. Muitos anos mais tarde, a pedido dos militares, foi o nome da Santa dado ao bairro pela própria Prefeitura. O Barreiro já era Barreiro desde o Curral del-Rei, porque área imensa alagada. Era mesmo um barreiro, de difícil trânsito.

E Barroca, porque era um lugar horrível cheio de buracos e barrancos. Um barrocal... Lá só havia cafuas. Nome dado naturalmente pelos habitantes do antigo Curral del-Rei...

A tradição, alterada periodicamente com a mudança de nomes antigos das ruas e avenidas do centro urbano, vem conseguindo sobreviver nos bairros da Capital. Sem pretensão alguma de ensinar "Padre Nosso ao Vigário", temos de ponderar, que conquanto justíssimo dar a ruas nomes de vultos eminentes desaparecidos, o melhor critério será escolher ruas que não tenham nomes ligados

à Geografia e à História. Assim, por exemplo, os nomes minerais ou botânicos, podem ser substituídos facilmente. E, além disso, a cidade está crescendo demais e às novas ruas pagãs podem ser dados nomes homenageativos.

Para que tirar um nome tradicional, engastado na memória do povo e nome que faz parte de um estudo estruturado e fundamentado para dar-se um outro? Isso é despír um santo para vestir outro. E por aqui tem sido feito demais, sem necessidade alguma, porque a desejada homenagem pode ser concretizada, sem agravo para a tradição.

JOSE CLEMENTE

Publicada no Estado de Minas de 17-11-73

XVI

OS BELO HORIZONTINOS E O TEATRO — A capital, antigamente, tinha demonstrável sensibilidade para a arte que se transmite pelo teatro. Amava mesmo o teatro. Não era tal amor só da "elite" culta. Era da população em geral.

Até ser construído o Teatro Municipal, na esquina da Rua Goiás com Bahia, o teatro da cidade foi o pavilhão Soucasseaux, quase no mesmo local, de propriedade do sr. Francisco Soucasseaux, um espírito empreendedor, homem ativo que tem, com justiça a seu pioneirismo, o nome em placa na capital. No "Soucasseaux" exibiram-se até companhias estrangeiras e representaram-se revistas teatrais locais, de muito espírito. Lá levou a cena a revista "O Gregório", de muita graça, trabalho de Arthur Lobo, brilhante intelectual. Depois, foi representada "A Volta do Gregório", do mesmo Arthur Lobo, que tem seu nome em uma de nossas ruas. Por ocasião dessa representação — logo na estréia — estudantes da Faculdade de Direito, insuflados por indivíduos perversos, vaiaram a peça e insultaram o autor, em grande alarido. Homem sensível, Arthur Lobo, muito se magoou com o incidente. Dizia-se que esse episódio deprimente fruto da malignidade de pessoas que eram apontadas na rua, apressou, pelo acabrunhamento, os dias de vida do ilustre intelectual...

O Teatro Municipal foi inaugurado em 1906 por Nina Sanzi, bela mulher e notável artista, que teve por muitos anos seu nome lembrado e citado pela população, devido à marca que deixou na memória pública a sua passagem por Minas.

Depois, o teatro oficial infelizmente acabou sendo vendido para uma empresa cinematográfica: lá está, no mesmo edifício, pouco modificado, o "Cine Metrôpole".

Aconteceu isso na administração do Prefeito Juscelino. O Prefeito vendeu o Teatro Municipal antigo, para fazer outro no Parque, com um projeto monumental. Seria o maior da América Latina. Projeto de Niemeyer. A obra começou, em 1945, parou com a saída de Juscelino da Prefeitura, emperrou durante 20 anos. Até hoje não está completada: é o Palácio das Artes, inacabado.

O Prefeito Otacílio procurou remendar a falta de teatro oficial, com galpão encatitado que construiu no Parque, dando-lhe cautelosamente o título de "Teatro Provisório". O "provisório" foi ficando, ganhou o nome oficial de "Teatro Francisco Nunes". É aquilo que está lá no Parque como teatro oficial da capital, para desapontamento da população...

Para acentuar quanto a cidade compreendia teatro, querendo-o sob todas as formas artísticas, basta recordar que famosas companhias líricas e de operetas, italianas, que vinham ao Brasil para se exibirem no Rio, vinham também a Belo Horizonte. A cidade oferecia condições para recebê-la. E elas — é claro — só viam para ter lucro, pois elenco e montagem das peças eram caríssimas. A Companhia Lírica Lahoz, que mais de uma vez veio ao Brasil, só se apresentou no Rio, em S. Paulo e aqui. Companhias de operetas, como a de Léa Candini, aqui representavam, no mínimo, uma vez por ano. Já saíam algumas da Europa com o roteiro Rio—São Paulo—Belo Horizonte. Quanto ao teatro de dramas e comédias, a mesma coisa. A maior companhia dramática em língua portuguesa que era a de Chaby Pinheiro, notável ator lusitano, que tinha a comenda de honra do governo de Portugal, veio a Belo Horizonte. Assim também acontecia com as companhias teatrais brasileiras, que até eram chamadas para representar em Portugal, como as de Itália Fausta e Leopoldo Frois. Aqui vinham e faziam sucesso.

Era sabido no país que Belo Horizonte gostava de teatro e que se entusiasmava com o gênero lírico. A cidade era então bem pobre, mas comparecia ao teatro. As localidades eram caras, tendo-se em vista os rendimentos familiares da época. Das economias domésticas, sobrava porém, para o teatro. Esgotava-se até a lotação, principalmente quando a companhia era lírica. E fami-

lias da sociedade tinham de acomodar-se nas "torrinhas", (as gerais) sempre preferidas pelos estudantes e pelos que não podiam comprar poltronas e camarotes. Sacrificavam-se as famílias em sua comodidade, mas não queriam perder as representações. O auxílio que os governos davam às companhias de fora era só o do transporte por estrada de ferro (único meio de comunicação entre Rio e Belo Horizonte) e às vezes pagando hospedagem dos artistas nos hotéis. Tinha de haver tal auxílio, pois as companhias eram grandes e o custeio delas caríssimo.

Não se suponha que as companhias vinham para apresentar-se a uma platéia caipira de basbaques que aceitavam tudo. Não. A capital criticava. Havia críticos que davam suas opiniões nos jornais "Minas Gerais" e o "Diário de Minas", ou outros, sobre as representações líricas. Chamavam-se essas críticas Camarate, Sandoval Campos, maestro José Ramos de Lima, Ramos César e outros. Eram competentes críticos de arte teatral e das representações líricas.

Dispensamo-nos de fazer comparação, nesse particular, entre o que aqui foi no passado e o que é hoje. Todos sabem o que presentemente é o teatro em Belo Horizonte e as lutas que enfrenta. A comparação fica por conta dos leitores que vivem na capital banqueira e industrializada, e que no passado, quase só de funcionários e estudantes, compreendia e sentia o teatro.

Comparem as épocas e o que aconteceu com a sensibilidade artística nestes 70 e tantos anos...

JOSE CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 20-11-73

X V I I

"BAR DO PONTO" FOI ESPINHA DORSAL E CORAÇÃO DA CIDADE — Ainda hoje muitos chamam "Bar do Ponto" a área do entrocamento da avenida Afonso Pena com rua da Bahia. Tal denominação durou mais de cinquenta anos, plenamente justificada. É que ali era o ponto obrigatório de partida e chegada de todos os bondes da Capital e lá estava, na estação dos bondes, o relógio público da cidade: regulava o tráfego dos bondes e, portanto, toda a atividade dos habitantes. Era o ponto central, o seu

eixo. Toda a população teria de ir até lá ou passar por lá. E por isso, logo no início da capital, o sr. Felipe Longo, que tinha café e bilhares em Ouro Preto, mudando-se para aqui, instalou um café no sobrado construído naquela espécie de praça, dando-lhe o nome "Café e Bar do Ponto". Todo o local ficou, por extensão, denominado "Bar do Ponto".

Era no "Bar do Ponto" — isto é — naquela área com árvores enormes — o coração e a espinha dorsal da capital. Todos os que vinham dos bairros teriam obrigatoriamente de passar ali, porque ponto final e inicial das linhas de bondes. Lá se praticavam todos os negócios. Só se marcavam encontros no Bar do Ponto. Homens de negócios, estudantes, advogados, namorados, tinham de encontrar-se lá. Era ali que os agiotas emprestavam dinheiro e onde os devedores iam levar-lhes os juros mensais de 10 por cento... Os deputados e políticos no Bar do Ponto discutiam política. Os advogados ajustavam causas com os clientes. As novidades da vida da capital, até as mais íntimas, colhiam-se no Bar do Ponto, que tudo sabia e informava. Era um jornal vivo. O que ocorresse em qualquer bairro teria de ser drenado para o Bar do Ponto. Todos os habitantes traziam o que sabiam, para contar aos ouvidos do Bar do Ponto. Dali os fatos eram irradiados. Ao recolher-se à casa, à noite, cada belo-horizontino conhecia tudo o que ocorrera no dia, porque ouvira no Bar do Ponto... Jornais não havia e quando havia nunca noticiavam tudo o que a população gostava de saber. E no Bar do Ponto punha-se "pickets" nos fatos... Cada habitante lá chegava, parava, ficava informado do que ignorava e informava o que sabia. Cambiavam-se informações. Os governantes se interessavam demais pelo que dizia o Bar do Ponto. Pois era a opinião da cidade. Dava-a a respeito de tudo: política, administração pública, literatura e vida particular. O cadastro financeiro e moral da população pertencia ao Bar do Ponto. Lá se firmavam ou se destruíam reputações. O Bar do Ponto dava ou tirava popularidade dos indivíduos. Começou a declinar esse imenso prestígio, quando o prefeito Otacílio Negrão de lá retirou o ponto terminal dos bondes, transferindo-o para a Praça 7, que em vão sonhou ser sucessora do Bar do Ponto, na sua função representativa da cidade. Não conseguiu. Depois os bondes já não tinham mais ponto terminal fixo: iam de bairro a bairro. E vieram os ônibus. Perdeu inteiramente a cidade o local único e obrigatório para o encontro dos habitantes. E os bondes passaram a ser substituídos pelos ônibus e lotações. E o "Bar do Ponto" morreu.

Ficou apenas a tradição do nome. Cinquenta anos ele governou a capital, decidindo tudo.

Os velhos belo-horizontinos assim o relembram com saudade: — "No tempo do Bar do Ponto a cidade era bem melhor"... E suspiram... Têm razão de suspirar: em tal tempo a cidade se comunicava, e hoje ninguém quer saber de ninguém, embora tanto se fale em comunicação.

JOSÉ CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 22-11-73

XVIII

O INCONFORMISMO DE VELHOS OURO-PRETANOS — Belo Horizonte nasceu "com mau olhado", o tal "mau olhado" temido pelos supersticiosos, que crêem em bruxarias.

Era o "mau olhado" de uma população inteira — a de Ouro Preto — para que a capital não fosse para diante. Teria de ser castigada pelo matricídio que, para eles, Belo Horizonte simbolizava, ao engalanar-se com o fastígio de capital, matando Ouro Preto cidade-mãe de Minas, que por Minas padecera tanto.

E o mais bárbaro nesse crime é que grande parte da população de Ouro Preto fora obrigada a vir para Belo Horizonte.

É que era lei...! Todos os funcionários teriam de vir com suas famílias e parentes.

E milhares de habitantes, que lutavam para viver teriam também de expatriar-se, pois tiravam de Ouro Preto os elementos de trabalho que dá a remuneração, com a qual se compra o sempre caro direito de viver.

Os ouro-pretanos vieram, mas inconformados... Muitos até indignados. Continuariam fiéis à terra que lhes guardava os umbigos...

De Belo Horizonte não quereriam nada.

E aconteceu isto, que a história guarda e que hoje a própria capital já esqueceu. inúmeros ouro-pretanos não quiseram de Belo Horizonte nem a água e nem o pão.

Parecerá absurdo, hoje, admitir isso.

Foram dezenas as famílias que continuaram morando aqui, a beber só a água de Ouro Preto, alimentando-se só do pão de Ouro Preto. Como isso seria possível?

Garrações cheios de água e pão eram trazidos pelo trem de ferro que vindo da ex-capital, aqui chegava todas as manhãs. Iam os inconformados à estação diariamente receber o pão das padarias de Ouro Preto e a água pura das suas fontes... A água daqui ficava só para a cozinha, regar jardins e os banhos gerais aos sábados, porque naquele tempo o banho geral era aos sábados. "Sábado, dia de banho" assim é que se dizia.

Isso durou anos. O espírito continuava fiel a Ouro Preto. E o corpo também, no que era possível. Realidade da saudade que tomava forma, no fato visto contemplado, testemunhado, histórico.

Mas até a saudade cansa e se dilui. O tempo é balsâmico para tudo. A operação de ir buscar todos os dias na estação o pão e a água, era pesada demais. E passaram, com protesto íntimo, a usar a nossa água e o nosso pão.

Depois tudo acabou. Pelo poder do tempo, estabeleceu-se a comunhão. E os ouro-pretanos também já amavam Belo Horizonte, mas sem esquecerem Ouro Preto... Aos sábados viajavam para lá, para dar uma olhada no Itacolomi... Voltavam de trem na segunda-feira, felizes...

JOSÉ CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 24-11-73

XIX

BELO HORIZONTE PRODUZIA PAPOS — Testemunhamos, como o Brasil inteiro, a atoarda que suscitou a mudança da capital da República para Brasília. Não foi fácil vencer a onda dos que consideravam a idéia despropositada e louca. Vimos, como, no Rio foram candentes as objeções ao plano do Presidente Juscelino Kubitschek de cumprir finalmente o que estava determinado desde a primeira Constituição da República, em 1891: levá-la para o Pla-

nalto Central. Ouvimos o mal que se disse do taboleiro imenso do planalto selvagem, que teria de ser desbravado para ali plantar-se a nova capital. Negava-se tudo à área coberta de mato. A oposição a Brasília foi da violência dos ataques à ridicularização da idéia.

Com a mudança da capital de Ouro Preto para aqui, foi pior, muito pior. Uma população inteira em pé de guerra contra a transferência, desde que a idéia passou a ser aventada até ser executada.

Para que o Congresso Estadual pudesse com segurança, discutir o projeto de mudança da capital, teve até de reunir-se fora de Ouro Preto. Sentiram-se os deputados naquela capital sem garantias para votar livremente. Para a indignação dos ouro-pretanos não valiam as imunidades parlamentares. Lembre-se que as mulheres eram as mais decididas. Prometiam armar-se com tesouras. Para cortar as abas dos fraques dos deputados, pois todos os deputados naquele tempo iam à Câmara de fraque.

A sessão do Congresso para discutir a mudança da capital foi realizada em Barbacena.

E a escolha de Belo Horizonte — que já era o nome do antigo Curral del-Rei — mais atigou a revolta. Disseram e escreveram coisas horríveis contra a localidade. Em Ouro Preto, ao voltarem de Barbacena, os deputados que votaram pela transferência da capital foram recebidos com vaias. Ateava-se o incêndio imprecador contra o antigo Curral del-Rei. E o que se apregoava pela imprensa e, dentro do próprio Congresso, era que a água de Belo Horizonte produzia seres deformados. Fazia papudos! Foi inútil publicar o parecer da comissão de cientistas sobre a nossa água, que examinaram e acharam ótima. O grande historiador Diogo de Vasconcelos, muito querido dos ouro-pretanos, propalava que aqui só dava papudos!

E as mães de famílias estavam assombradas. E eram centenas as que teriam de mudar para aqui. Anteviam, porque prolíficas, já casa cheia de papudinhos...

Para o padre Corrêa de Almeida, o maior poeta satírico de Minas, lá de Barbacena eram mote os papudos de Belo Horizonte para sonetos e quadras que os ouro-pretanos gostosamente divulgavam.

Alguns médicos entraram na campanha e asseveravam que não era só a água, mas o ar de Belo Horizonte também predispunha ao papo, porque havia na atmosfera e nas fontes carência de iodo...

Os adultos talvez se salvassem. Mas as crianças estavam condenadas... Era a sentença. E as mães acreditavam. As moças, que esperavam casar-se, acreditavam também.

Quem é que queria ter filho papudo?

Quando vieram, quando a capital se transferiu — em cada casa de ouro-pretano, as mães viviam de olhar atento para o pescoço dos filhos que nasciam e dos que iam crescendo.

E como sofriam!

Esperavam o papo, o papo fatal... Caxumba, que em Ouro Preto nunca as sobressaltava, aqui era alarmante para elas. Duvidavam do diagnóstico dos médicos: — Minha senhora, tranquilize-se isto é caxumba que a criança tem.

— Doutor, o sr. jura que é mesmo caxumba? Não é o papo que já está vindo?

Isso era comum nos lares, nos primeiros anos da capital...

A agonia era geral...

JOSE CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 27-11-73

XX

Esta crônica é a última da série de 20, reproduzindo a palestra que, a convite da Secretaria de Cultura da Prefeitura, fizemos no auditório do Banco Mercantil de Minas Gerais, por ocasião da X Feira do Livro. O objetivo de tal palestra não foi o de fazer História da Capital, com o rigor exigível no que se apresenta como História, mas apenas dar uma visão impressionista do que era a Capital nos seus primeiros 30 anos ou até pouco adiante, com o relato de fatos e hábitos, abrangendo o social, o humano e o aspecto físico da "urbs" em formação. Nenhum compromisso, portanto, em reproduzir tudo — isto é, — de inventariar a totalidade de fatos e nomes, mas o bastante para dar uma idéia do que já foi a cidade. O citado — fatos e nomes fiel à realidade, serviria para mostrar o ambiente em tal época remota. Talvez um ou outro engano — no que toca a datas ou nomes, possa ter ocorrido, mas não altera o principal do objetivo, que foi o de transmitir aspectos de

Belo Horizonte em tal época, que muitos dos antigos habitantes da cidade relembram e a maioria enorme da população atual desconhece. Temos recebido de inúmeras testemunhas, provindas dos tempos rememorados, a afirmação de que o que tem sido apresentado nestas crônicas, corresponde ao que presenciaram e lembram. Isso satisfaz o propósito destas anotações. Não pedimos mais.

QUANTO CUSTOU A CAPITAL EM DINHEIRO — Na onda tenebrosa dos que combateram primeiro a mudança da capital de Ouro Preto e, depois, a escolha de Belo Horizonte, o seguimento do trabalho da construção, desenvolvido sob críticas que Abílio Barreto, historiador de Belo Horizonte classificou de infernais na violência dos ataques, era mencionado o custo das obras, o disparate de dinheiro que ia ser gasto... Falavam na desgraça financeira que seria para os mineiros a construção da capital.

A mesma atoarda que se verificaria quando da construção de Brasília.

E quanto custou mesmo a capital?

Como o governo conseguiu o dinheiro?

Ficou cara a construção? Sofreram angústias financeiras os mineiros, porque os impostos aumentaram para cobrir a despesa do "despautério histórico, político e cívico" como foi chamada a mudança da capital, em discurso inflamado na Câmara dos Deputados em Ouro Preto?

Não houve sacrifício para os bolsos dos mineiros sempre pobres.

O dinheiro foi obtido com um empréstimo em Banco de Paris e da Holanda. Assinou-se contrato, em 16 de junho de 1896, para a emissão de 130.000 títulos do valor nominal de quinhentos francos cada um.

Desse empréstimo foram apurados 37.515:019\$227 réis líquidos.

É interessante, bem curioso mesmo, comparar o custo da construção da capital com os preços das coisas de hoje, tendo-se

em vista o valor da moeda daquele tempo isto é, do "mil réis", e o do "cruzeiro" atual.

Temos esses dados e a comparação não é apenas divertida, mas talvez útil, porque levanta o ânimo dos que se sentirem abatidos financeiramente. Tal comparação dá euforia a qualquer um. E é o argumento dos números. Da Matemática, que continua com a fama de não errar.

Vamos aos números.

Com a construção da capital o governo gastou 33.073:000,00 — isto é, em cruzeiros velhos 33 milhões e 73 mil e no atual, que é o antigo que de mil passou a um 33 mil e 73 cruzeiros!

Toda a construção, com as desapropriações dos terrenos, que foram pagos a seus donos por preço que não suscitou demandas, custou, portanto, o que em cruzeiro atual é preço de um apartamento de sala e quarto no centro de nossa capital.

E talvez com 33 mil e 73 cruzeiros seja difícil comprar um apartamento, mesmo apertadinho.

Casa por 33 mil cruzeiros em que fundo de bairro distante será achada?

E com isto fez-se a capital!

A venda de terrenos aos que queriam construir residências, já toda a capital pronta, demarcada na planta, nesta planta quadriculada, parecendo taboleiro de xadrez, cada pretendente marcava o seu lote e o adquiria da Comissão Construtora. Cerca de duzentas pessoas tornaram-se assim proprietárias aqui: — tal venda foi de 3.537 contos e 269 réis, isto é 3.537 cruzeiros atuais e 26 centavos.

Os lotes eram vendidos a menos de 10 mil réis, nas dimensões de 10 metros por 30. E os de esquina, por cinco mil réis, isto é, cinco centavos atualmente.

Por todos os terrenos desapropriados inclusive a imensa Fazenda do Barreiro — o Tesouro do Estado pagou 700 contos de réis — setecentos cruzeiros portanto...

Com isso, as nossas elegantes não compram um vestido ou pantalonas em boutique e nem os homens conseguem um terno em alfaiate.

E toda a área, que no velho Belo Horizonte a outros pertencia, foi vendida ao governo só por setecentos cruzeiros atuais.

O Palácio da Liberdade, as primeiras pedras do alicerce até ser entregue pronto, com os mármore, a bela escadaria de bronze importada do exterior, pinturas e decorações, assim como permaneceu até 1933. (pois foi no Governo Valadares que teve os primeiros acréscimos no aspecto original) — esse palácio ficou em 271 contos e 514 mil réis. Em moeda atual: 271 cruzeiros e 51 centavos.

Qual a professora, mesmo sem salário mínimo, que não poderia pagá-lo, à vista, ao receber o seu triste vencimento mensal?

E assim, nesta toada, são todos os preços. Para nós, hoje, a capital foi baratíssima, foi mesmo uma pechincha. Vejam a que deduções mirabolantes, mas não fantásticas, exatas, matemáticas, conduz a nossa moeda na sua odisséia desde 1897 até 1973, de tombo em tombo, no poder aquisitivo...

JOSE CLEMENTE

Publicada no *Estado de Minas* de 29-11-73